ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

21 de junho de 2026

------- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS.

------- Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis compareceram para uma reunião ordinária com a ordem de trabalhos abaixo indicada, os membros da Assembleia de Freguesia, **Ana Isabel Simões Félix, Cátia Vanessa da Estrela Buga Elvas, Duarte José Domingos Pascoal, Joana Maria Vences Martins, Luís Armando Rodrigues Soeiro, Mariana Soeiro Varela, Pedro Miguel Milheiras de Carvalho, Ricardo Manuel Morgado.** ----------

1. **Apreciação e votação da ata da sessão de 26 de dezembro de 2025;**
2. **Apreciação e votação da ata da sessão de 24 de abril de 2026;**
3. **Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
4. **Apreciação e tomada de conhecimento do parecer do Revisor Oficial de Contas;**
5. **Apreciação e votação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, bem como dos Documentos de Prestação de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
6. **Apreciação e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**

7. **Apreciação e votação da Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
8. **Apreciação e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Mapa de Pessoal, nos termos do disposto da alínea m) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
9. **Apreciação e votação da Proposta de Protocolo de Transferência de Competências da Junta de Freguesia de Galveias para o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor – Área da Educação, nos termos do disposto nas alíneas l) e mm), do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
10. **Apreciação e votação da Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Ponte de Sor e a Junta de Freguesia de Galveias – Refeitório Escolar, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
11. **Apreciação e votação da proposta de contrato com a empresa Greenvolt Comunidades II, S.A., nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.**

----------INICIO DE REUNIÃO----------PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA---------- No início da sessão o Presidente da Mesa da Assembleia, fez questões relacionadas com o funcionamento da Assembleia e com a fiscalização da atividade da Junta de Freguesia, tendo sido reforçada a importância do acesso à documentação e da transparência dos procedimentos. Questionou o ponto de situação relativo à criação dos e-mails institucionais da Assembleia de Freguesia, tendo o Presidente da Junta informado que o processo de transição para um novo servidor, através da Microsoft, se encontrava em curso e deveria ficar concluído brevemente.

---------- O membro Luís Soeiro colocou questões relacionadas aos prédios da Junta em Lisboa, nomeadamente quanto ao estado das obras na Avenida da Liberdade,

Rua da Glória, Remolares e no prédio 21. O Presidente da Junta, João Silva, informou sobre o andamento dos trabalhos, referindo que o prédio de Valmor se encontrava praticamente concluído, que as obras na Rua da Glória estavam avançadas e que, relativamente ao prédio 21, existiam propostas para o início das obras em setembro. Foi manifestada disponibilidade para, em setembro, realizar uma visita aos vários prédios com os membros da Assembleia. Também levantadas questões sobre o bar das piscinas, nomeadamente quanto às despesas de eletricidade e às responsabilidades previstas no caderno de encargos. ---------- O Presidente da Junta comprometeu-se a averiguar a situação. ---------- O Senhor Luís Soeiro questiona relativamente às fontes públicas, foi alertada a necessidade de garantir a divulgação dos resultados das análises à qualidade da água e de colocar a respetiva sinalização quando a água não for própria para consumo. ---------- O Presidente reconheceu a existência de uma falha na divulgação e comprometeu-se a regularizar a situação. Foi igualmente assinalada a falta de disponibilização de alguns anexos às atas da Junta, tendo o Executivo indicado que iria proceder à sua regularização. ----------

-------- A membro Mariana Varela questionou a adjudicação, por consulta prévia, da prestação de serviços ao senhor Miguel Coelho, na área da gestão agrícola e gestão de pessoal, nomeadamente quanto à sua formação, experiência e ao valor mensal de cerca de 2.200 euros. Questionou se o montante pago se justifica face às funções desempenhadas, considerando que o mesmo não possui formação específica na área e que anteriormente funções semelhantes foram desempenhadas por valores inferiores. ----------

--------- O Presidente da Junta esclareceu que, para o desempenho de funções de gestão de pessoal na Administração Pública, não é exigida formação específica na área da agricultura, tendo sido analisado o currículo do prestador, que apresenta experiência relevante. Referiu ainda que a contratação permitiu melhorar a gestão e organização do pessoal da Junta de Freguesia. Contudo, reconheceu que a questão dos valores e dos contratos existentes deverá ser

reavaliada, estando prevista uma análise global de todos os contratos no final do respetivo período de vigência. ----------

------- A Senhora Mariana questionou a referência, na ata n.º 5, ao apoio ao 1.º Convívio Gastronómico da Freguesia do Vale de Açor, nomeadamente quanto à oferta de borrego, azeite e vinho. ----------

------- O Presidente da Junta esclareceu que a Junta de Freguesia não suportou a aquisição do borrego, tendo a despesa sido posteriormente travada após análise da situação, não tendo ocorrido qualquer saída de dinheiro por parte da Junta. Referiu ainda que a Junta apoiou a iniciativa em termos logísticos. ----------

------- Relativamente à ata n.º 6, a senhora Mariana questionou a aquisição de equipamentos, no valor aproximado de 7.000 euros, nomeadamente fogões, e se esse investimento seria posteriormente suportado pela Câmara Municipal de Ponte de Sor. O Presidente da Junta confirmou que a despesa estava prevista no caderno de encargos e que a Câmara Municipal deverá assumir esse encargo. Explicou que a Junta decidiu avançar com a aquisição para permitir o funcionamento das instalações e dar resposta às necessidades das associações e dos respetivos utilizadores. ----------

------ Quanto à ata n.º 35, de dezembro de 2025, a senhora Mariana questionou a contratação, por ajuste direto, de serviços de apoio ao refeitório escolar, nomeadamente sobre a opção de recorrer a prestadores externos quando existiam trabalhadores da Junta com formação na área. ----------

------ O Presidente da Junta esclareceu que, quando iniciou funções, existiam dificuldades de funcionamento e incompatibilidades entre as funcionárias do refeitório, tendo sido necessário recorrer temporariamente a uma profissional externa com experiência na área, de forma a assegurar o funcionamento do serviço. Referiu que esta situação constituiu uma exceção e que a contratação

teve como objetivo garantir o normal funcionamento do refeitório. ----------

------ A membro Joana Martins questionou o ponto de situação do protocolo com a Associação de Caçadores, anteriormente abordado em reunião, tendo o Presidente da Junta, João Silva informado que o protocolo se encontra preparado, mas que, por lapso, não foi incluído na presente reunião, prevendo-se a sua apresentação numa próxima reunião. ----------

-------- De seguida, a senhora Joana Martins questionou a legalidade do procedimento relativo ao arrendamento da Herdade das Freiras, cuja base de licitação foi fixada em 78.000 euros, considerando que não foi apresentada à Assembleia qualquer proposta nesse sentido. Questionou ainda se existia delegação de competências de mandatos anteriores que autorizasse o procedimento e, em caso negativo, qual o fundamento legal utilizado. ----------

-------- O Presidente da Junta esclareceu que existia trabalho desenvolvido pelos anteriores Executivos sobre esta matéria e que o valor base de 78.000 euros resultou de uma análise e consulta efetuada junto do IFAP. Referiu ainda que o arrendamento foi posteriormente adjudicado pelo valor de 251.000 euros. Admitiu a possibilidade de, futuramente, propostas desta natureza serem submetidas previamente à apreciação da Assembleia, salvaguardando o cumprimento das normas aplicáveis. ----------

-------- O senhor João Silva acrescentou que, apesar de não estar previsto no contrato, pretende acompanhar regularmente, enquanto técnico da área, os trabalhos e projetos desenvolvidos na Herdade das Freiras, em articulação com os arrendatários e os técnicos da Junta de Freguesia. ----------

-------- O senhor Luís Soeiro questionou ainda o destino das 30 toneladas de azeitona previstas no caderno de encargos do arrendamento, nomeadamente

se seriam entregues pelos arrendatários em troca de azeite ou apenas entregues à Junta de Freguesia. O senhor João Silva esclareceu que as 30 toneladas de azeitona são entregues à Junta de Freguesia, sem contrapartida em azeite, sendo a entrega da azeitona, incluindo o respetivo transporte até às instalações indicadas pela Junta, da responsabilidade dos arrendatários. ----------

-------- Por fim, o senhor Luís Soeiro questionou o ponto de situação da auditoria aprovada à gestão dos anteriores Executivos, tendo o senhor João Silva informado que o processo se encontra em curso, embora ainda não existam dados ou resultados a apresentar. O senhor Luís Soeiro recordou que a Junta de Freguesia dispõe de revisor oficial de contas e que, nos últimos anos, foram realizadas certificações legais das contas. ----------

-------- O senhor Luís Soeiro apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Maria Custódia, antiga funcionária da autarquia, em nome dos eleitos da CDU:
"Ao longo da sua vida, a Maria Custódia distinguiu-se pelo seu serviço nesta Freguesia, pelas suas qualidades humanas, pelo seu espírito de dedicação e pelo contributo que deu à sua família, amigos e comunidade, deixando uma marca de estima, respeito e reconhecimento junto de todos os que com ela conviveram. Neste momento de dor e consternação, os eleitos da CDU nesta Assembleia de Freguesia, prestam a mais sentida homenagem à sua memória, recordando com X o seu exemplo de vida e os valores que sempre soube transmitir. Assim, reunidos nessa sessão, numa manifestação, manifestamos o nosso profundo pesar pelo seu falecimento e endereçamos à sua família e amigos os mais, as mais sinceras condolências, associando-nos ao luto por esta perda. Que este voto de pesar seja registado em ata e transmitido à família indicada." ----------

-------- De seguida, a senhora Mariana Varela apresentou uma saudação pelo 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa:
"*Os 50 anos da Constituição da República Portuguesa. A Constituição da República Portuguesa aprovada a 2 de Abril de 1976, cujo quinquagésimo*

aniversário agora comemoramos, consagra as grandes conquistas alcançadas com a Revolução de Abril de 1974, que, após 48 anos de ditadura, restituiu a liberdade ao povo português e abriu o caminho à constituição de um regime democrático assente na vontade popular, na participação cívica e na defesa dos direitos fundamentais. A Constituição da República Portuguesa consagra o vasto conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. A igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a não discriminação, as liberdades de expressão, de reunião, de manifestação, de associação, a liberdade sindical e o direito à greve, bem como os direitos à saúde, à educação, ao trabalho, como direitos à segurança social, à cultura e ao desporto constituem pilares essenciais da democracia portuguesa. A CRP define, igualmente, a organização do Estado e as funções dos órgãos de soberania das regiões autónomas e das autarquias locais, consagrando o poder local como democrático, como parte integrante do regime democrático, dotado de autonomia administrativa e financeira, plural, colegial e participado. Ao longo destes 50 anos, as autarquias locais foram decisivas na melhoria das condições de vida das populações, na promoção do desenvolvimento local e na resolução de problemas estruturais, muitas vezes ultrapassando as suas competências e meios disponíveis. Apesar da sua relevância constitucional e social, o poder local democrático tem como, tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia. Defender o poder local democrático é garantir o desenvolvimento sustentado, qualidade de vida, coesão social e territorial. É cumprir as funções sociais do Estado, rejeitar o subfinanciamento, a descaracterização do poder local através da transferência de encargos sem meios adequados, bem como a interferência(inteligência?) popular, que o diz(?) em parte (incompreensível 00:38:18 a 00:38:24). X de opções que, muitas das vezes, não são alheias. Defender o poder local democrático constitui uma exigência democrática e constitucional. Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Galveias entendem saudar, saudar o quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, bem como as profundas transformações económicas, sociais e culturais, promovidas pelo poder local democrático, ao longo destas cinco décadas.

Reafirmar a importância do cumprimento e da defesa da Constituição da República Portuguesa e afirmar a importância do poder local democrático, pilar do regime democrático e instrumento essencial da participação popular e do desenvolvimento local. Inscrever a concretização da regionalização como elemento essencial para o desenvolvimento de projetos locais e a defesa da autonomia local, cumprindo o que a Constituição da República Portuguesa consagra. Propondo que este órgão deliberativo se associe a esta expressão evocativa e decida pelo seu envio ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e aos grupos parlamentares. Pelos eleitos da CDU na Assembleia de Galveias".

----------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**---------- Foi feita a leitura, apreciação e posterior votação da ata da **Assembleia de Freguesia de 26 de dezembro de 2025**.

-------- A ata **foi aprovada por unanimidade**.

---------- -------- Foi feita a leitura**,** apreciação e posterior votação da ata da Assembleia de Freguesia de 24 de abril.

---------- O Presidente da Mesa esclareceu que a ata apenas poderia ser votada pelos membros que estiveram presentes na respetiva sessão.---------- -------- O senhor Luís Soeiro explicou que, devido a várias comunicações e convocatórias com datas e horários distintos, ele e a senhora Mariana Varela se deslocaram à Assembleia na convicção de que a sessão teria início às 21h00, encontrando o edifício encerrado. Por esse motivo, justificou a não comparência, pelas 20h30.

-------- A senhora Joana Martins manifestou a sua discordância relativamente a comportamentos e intervenções ocorridos durante a sessão, considerando que os mesmos não contribuíram para o normal funcionamento dos trabalhos nem para o respeito institucional devido aos membros da Assembleia. Defendeu o cumprimento rigoroso do regimento e da legislação aplicável e questionou a referência, constante da ata, a um período de espera de 15 minutos para

verificação do quórum, por considerar que tal prazo não se encontra expressamente previsto no regimento. Sugeriu ainda a revisão do regimento da Assembleia de Freguesia, nomeadamente para atualização da composição e designação dos órgãos. ---------- O senhor Pedro Carvalho reconheceu a necessidade de rever alguns pontos do regimento, tendo ficado assinalada a necessidade de esclarecer as regras relativas ao quórum e ao período de espera.---------- -------- O senhor Ricardo Neves prestou esclarecimentos sobre a sessão anterior, referindo que ele, Duarte e Ana abandonaram a reunião por entenderem ter existido uma falha de comunicação relativamente à convocatória. Referiu ainda que, segundo a interpretação que fizeram do artigo 11.º do regimento, a convocatória deveria ser efetuada por carta registada com aviso de receção, tendo defendido o cumprimento dos procedimentos de convocação previstos. ---------- O senhor Pedro Carvalho esclareceu que o edital da convocatória deu entrada nos serviços da Junta de Freguesia e que, relativamente à informação aos membros, estes apenas poderiam ter comparecido caso tivessem sido informados. Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da ata da sessão de 24 de abril de 2026, **que foi aprovada com três votos favoráveis**. -------

Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

-------- O senhor João Silva informou que a documentação foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, referindo que, devido à sua extensão, não seria feita a leitura integral do documento. ----------

-------- A senhora Joana Martins solicitou esclarecimentos adicionais relativamente à área da ação social, nomeadamente quanto ao número de

atendimentos, visitas domiciliárias e relatórios técnicos realizados, bem como às entidades parceiras mencionadas no relatório, salvaguardando sempre o anonimato dos cidadãos. Sublinhou a importância deste serviço, em particular no acompanhamento da população idosa e de pessoas que vivem isoladas. ----------

-------- Relativamente à situação financeira, a senhora Joana Martins manifestou preocupação com os valores apresentados, solicitando a apresentação de um rácio de autonomia financeira e questionando a execução da receita, que, segundo referiu, se situava em 11,41% no primeiro trimestre. Questionou ainda de que forma se prevê atingir o valor de receita de 3.366.000 euros inscrito no orçamento.

-------- O senhor João Silva informou que a responsável pela área social se encontrava ausente, mas que seria elaborado e apresentado à Assembleia, em breve, um relatório discriminado das atividades desenvolvidas, contendo os dados solicitados e salvaguardando a identificação dos cidadãos. ----------

APRECIAÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DO PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

-------- O senhor Luís Soeiro questionou as reservas constantes da Certificação Legal das Contas, destacando, nomeadamente, a questão do património, a impossibilidade de validar o inventário no montante de 1.626.191 euros, por falta de inventário físico ou documentação alternativa suficiente, e a existência de cerca de 124.000 euros considerados de difícil ou impossível cobrança. Referiu que estas questões seriam relevantes para a sua posição na votação do ponto seguinte. ---------- O senhor João Silva apresentou o senhor Miguel Lopes, responsável pelo apoio à área da contabilidade, para prestar os esclarecimentos necessários. ---------- O senhor Miguel Lopes explicou que o encerramento das contas de 2025 foi particularmente complexo, atendendo ao período em que iniciou funções e às especificidades da Freguesia.

Esclareceu que uma das reservas já se verificava em anos anteriores e que as restantes estavam relacionadas, designadamente, com imparidades e com a dificuldade em obter informação suficiente para validar determinados valores a receber. Referiu ainda que as limitações de informação e a recente constituição da equipa responsável pela contabilidade dificultaram o processo de encerramento das contas. Manifestou, contudo, a expectativa de que, durante 2026 e no próximo encerramento de contas, sejam corrigidas estas situações, de forma a permitir a apresentação de contas sem reservas. ---------- O senhor Luís Soeiro considerou, por fim, que a substituição dos técnicos responsáveis pela contabilidade e do Revisor Oficial de Contas no final do ano terá contribuído para as dificuldades verificadas e para o atraso na apresentação das contas, que, segundo referiu, não foram apresentadas até 30 de abril, conforme previsto legalmente. Considerou essa decisão uma imprudência por parte do Executivo. ----------

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, NOS TERMOS. ----------

-------- A senhora Joana Martins apresentou uma declaração de voto, manifestando a sua intenção de votar contra, tendo em consideração as reservas constantes da Certificação Legal das Contas e as imparidades identificadas. Referiu, nomeadamente, as limitações na inventariação do património, a impossibilidade de validar integralmente os inventários e a existência de valores a receber considerados de difícil cobrança, que poderiam estar a sobrevalorizar o ativo e o resultado líquido. ----------

-------- O senhor Luís Soeiro declarou igualmente o seu voto contra, reiterando as reservas anteriormente apontadas pelo Revisor Oficial de Contas. Acrescentou que alguns documentos integrantes da prestação de contas

apresentavam problemas de legibilidade, impossibilitando a sua adequada consulta e análise. ----------

-------- O senhor João Silva esclareceu que as contas em apreciação dizem respeito ao exercício de 2025 e que as reservas identificadas resultam de situações anteriores ao atual Executivo, considerando tratar-se de uma realidade herdada. -

-------- O senhor Pedro Carvalho questionou a diferença entre o resultado líquido positivo de 2024 e o resultado líquido negativo registado em 2025. ---------- O senhor Miguel Lopes explicou que a principal razão para a diminuição do resultado esteve relacionada com a redução significativa das receitas provenientes da venda de cortiça em 2025, enquanto as despesas se mantiveram. ---------- Relativamente aos cerca de 134.000 euros registados como valores de difícil ou impossível cobrança, o senhor Miguel Lopes explicou que não foi possível validar individualmente todos os valores, devido às limitações de informação existentes e a problemas informáticos ocorridos no final de 2025, que condicionaram o acesso e a correção dos registos contabilísticos. Referiu que esta listagem deverá ser revista e atualizada durante o exercício de 2026. ----------

-------- O senhor Pedro Carvalho questionou ainda o peso das despesas com pessoal no orçamento. O senhor Miguel Lopes esclareceu que, de acordo com os dados constantes do relatório, as despesas com pessoal representaram cerca de 33,09% da despesa total em 2025, salientando, contudo, que determinados serviços prestados em regime de recibos verdes são contabilizados em rubricas de aquisição de serviços, não estando integralmente incluídos naquele valor. Disponibilizou-se para preparar informação financeira adicional, discriminando esses encargos, caso a Assembleia assim o entenda. ----------

-------- Após votação, o ponto foi **reprovado, com três votos contra e cinco abstenções**. ----------

Apreciação e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

-------- O senhor Miguel Lopes explicou inicialmente que a alteração estaria relacionada com o saldo de gerência anterior, tendo o senhor Luís Soeiro esclarecido que essa matéria correspondia à segunda alteração modificativa. Após consulta do documento, o senhor Miguel Lopes esclareceu que a primeira alteração modificativa respeita à introdução de novas rubricas no orçamento, enquanto a segunda alteração está relacionada com a integração do saldo de gerência anterior e a sua distribuição por diversas rubricas de despesa. ----------

-------- A proposta foi **aprovada com dois votos favoráveis e seis abstenções**. ---

Apreciação e votação da Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

-------- O senhor Miguel Lopes esclareceu que a alteração consiste na integração do saldo de gerência anterior e na sua distribuição por diversas rubricas da despesa, num montante aproximado de 400.000 euros. ----------

-------- Não tendo sido colocadas outras questões, procedeu-se à votação, tendo o ponto n.º 7 sido aprovado por unanimidade, com oito votos favoráveis. ----------

Apreciação e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Mapa de Pessoal, nos termos do disposto da alínea m) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

-------- A senhora Joana Martins questionou se a alteração previa o recrutamento de um novo trabalhador para a função de encarregado, tendo sido confirmado que assim seria. A senhora Joana Martins alertou ainda para a existência de incongruências nos números constantes do mapa de pessoal, considerando necessária à sua correção. Manifestou igualmente a sua discordância relativamente ao recrutamento de um novo encarregado, atendendo à situação financeira da Junta de Freguesia e à existência de funções de coordenação e chefia já integradas na estrutura de pessoal. Considerou que a necessidade de criação deste novo encargo permanente não se encontrava suficientemente fundamentada, nem demonstrada a necessidade de reforço dos recursos humanos existentes. ----------

-------- O senhor Presidente da Junta, João Silva, esclareceu que a necessidade de recrutamento de um encarregado decorria da ausência prolongada de um trabalhador que desempenhava essas funções, sendo necessária uma reorganização das tarefas e da estrutura de pessoal. Sublinhou que não se tratava de um aumento indiscriminado do número de trabalhadores, mas de uma necessidade de assegurar a coordenação dos serviços e o adequado acompanhamento das equipas. ----------

-------- A senhora Joana Martins reiterou a sua preocupação com a situação financeira da Junta de Freguesia, manifestando discordância relativamente à criação de novos cargos de chefia e a eventuais progressões, considerando que a atual capacidade financeira não permitiria suportar novos encargos permanentes. Referiu ainda que, apesar do elevado valor patrimonial da Freguesia, esse património deveria ser melhor rentabilizado e utilizado em benefício da população de Galveias. Sublinhou, contudo, que a sua posição não representava qualquer desrespeito pelos trabalhadores, que considerou essenciais ao funcionamento da Junta. ----------

-------- O senhor João Silva contrapôs que a situação em análise não constituía uma promoção, mas uma necessidade de assegurar a coordenação dos serviços, tendo em conta a organização dos trabalhadores, as tarefas existentes e a necessidade de uma adequada gestão e preservação do património da Freguesia. Referiu a existência de carências de pessoal em determinadas áreas e a necessidade de responsáveis que assegurassem a organização e o acompanhamento dos trabalhadores. Sublinhou ainda que uma das suas principais preocupações era garantir o pagamento atempado dos vencimentos e a estabilidade dos trabalhadores, considerando esta uma prioridade para o funcionamento da Junta de Freguesia. ----------

-------- A senhora Joana Martins reiterou que os trabalhadores são essenciais ao funcionamento da Junta, mas defendeu que o património da Freguesia deve gerar benefícios para a população de Galveias. Reafirmou que a sua preocupação com a criação de novos encargos não significava qualquer desrespeito pelos trabalhadores. ----------

-------- O senhor João Silva reafirmou a importância de respeitar e valorizar os trabalhadores da Junta, salientando que estes desempenham funções essenciais e que uma das suas principais preocupações é garantir os respetivos vencimentos, bem como assegurar uma adequada gestão e preservação do património da Freguesia. ----------

-------- No decorrer da discussão, o senhor Luís Soeiro questionou a decisão de venda dos animais da Herdade das Freiras, considerando que o efetivo pecuário constituía uma fonte de rendimento para a Junta de Freguesia e poderia contribuir para o pagamento dos encargos com pessoal. Questionou ainda por que motivo os animais não foram transferidos para outros terrenos pertencentes à Freguesia. ----

-------- O senhor João Silva justificou a necessidade de obtenção de receitas para fazer face aos encargos com pessoal, referindo que a gestão financeira da Junta exige a adoção de medidas que permitam assegurar o pagamento dos vencimentos e o normal funcionamento dos serviços. ----------

-------- O senhor Luís Soeiro defendeu uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, através da colocação das pessoas nas funções adequadas e da contratação de trabalhadores com competências específicas, de modo a aumentar a produtividade e a rentabilidade da Junta. Reiterou a sua discordância relativamente à venda dos animais da Herdade das Freiras, considerando que estes constituíam uma fonte regular de receita, e referiu ter conhecimento aproximado dos encargos anteriormente associados à gestão daquela propriedade. Foram igualmente levantadas questões relativamente a outras contratações, nomeadamente um assistente técnico e uma prestação de serviços de consultoria no valor de 18.000 euros. ----------

-------- O senhor Presidente esclareceu que o prestador de serviços em causa tinha contrato até ao final do ano e prestava apoio à Junta em matérias relacionadas com a contabilidade, organização dos serviços e dificuldades informáticas. ----------

-------- Procedeu-se à votação da proposta de primeira alteração modificativa ao mapa de pessoal. Após alguma confusão na contagem dos votos, a contagem final indicada na gravação foi de **1 voto a favor, 5 abstenções e 2 votos contra**, tendo, consequentemente, a proposta sido **rejeitada**. ----------

Apreciação e votação da Proposta de Protocolo de Transferência de Competências da Junta de Freguesia de Galveias para o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor – Área da Educação, nos termos do disposto nas alíneas l) e mm), do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

-------- Não foram colocadas questões pelos membros da Assembleia. ----------

-------- O senhor Presidente da Junta, João Silva, esclareceu que se trata de um assunto que é apreciado ciclicamente, por estar relacionado com a articulação entre a Junta de Freguesia e o Município de Ponte de Sor relativamente às competências na área da educação, nomeadamente no que respeita às crianças que frequentam as escolas. Referiu ainda que o ponto seguinte, relativo às refeições escolares, se encontra igualmente relacionado com esta matéria e carece de apreciação pela Assembleia de Freguesia. ----------

-------- Submetida a proposta a votação, foi aprovado por unanimidade, **com oito votos favoráveis.** ----------

Apreciação e votação da Proposta de Contrato Interdministrativo entre o Município de Ponte de Sor e a Junta de Freguesia de Galveias – Refeitório Escolar, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

-------- Não tendo sido colocadas quaisquer questões pelos membros da Assembleia ou pelo Executivo, a proposta foi submetida a votação, tendo **sido aprovado por unanimidade, com oito votos favoráveis**. ----------

Apreciação e votação da proposta de contrato com a empresa Greenvolt Comunidades II, S.A., nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

-------- O senhor Presidente da Junta, João Silva, esclareceu que foi contactado por esta e por outras empresas relativamente à possibilidade de aquisição de energia elétrica a preços mais reduzidos. Referiu que existe, na zona de Ponte de Sor, uma produção de energia superior às necessidades, nomeadamente energia produzida pelo Grupo Amorim, existindo a possibilidade de essa energia ser disponibilizada através da Greenvolt. Explicou ainda que a proposta em apreciação correspondia a uma fase inicial do processo e que o contrato

definitivo seria posteriormente celebrado pelo Presidente da Junta. ----------

-------- O senhor João Silva salientou que a possibilidade de aquisição de energia a preços mais baixos não se destinaria apenas à Junta de Freguesia, podendo também abranger os trabalhadores e a população de Galveias. Acrescentou que, caso fosse necessário, poderia ser promovida uma sessão com representantes da empresa para explicar o funcionamento da proposta e esclarecer as dúvidas existentes. ----------

-------- O senhor Luís Soeiro questionou se tinham sido consultadas outras empresas e referiu ter analisado o contrato, considerando-o extenso e de difícil compreensão. O senhor Presidente confirmou que foram consultadas outras empresas e reiterou que a Greenvolt funcionaria como intermediária na disponibilização da energia produzida na região. ----------

-------- A senhora Joana Martins questionou igualmente se tinham sido consultadas outras empresas, tendo o senhor Presidente confirmado que tal tinha acontecido.

-------- Não tendo sido colocadas outras questões, a proposta de contrato com a Greenvolt Comunidades II, S.A. foi submetida a votação, tendo sido **aprovada com três votos favoráveis e cinco abstenções**. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia, Pedro Carvalho, declarou que se absteve na votação por considerar que existia falta de informação e de dados suficientes **sobre o contrato**, solicitando que essa posição ficasse registada em ata. ----------

----------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**---------- No âmbito do período de intervenção do público, o senhor António Sanganha questionou o Presidente da Junta relativamente ao

pedido de auditoria anteriormente apresentado, salientando que o mesmo tinha sido solicitado há cerca de seis meses. Referiu que a sua pretensão consistia em estabelecer uma ligação entre as contas do anterior Executivo e as do atual Executivo, permitindo identificar boas e más práticas e compreender a evolução da situação financeira da Junta de Freguesia. Questionou ainda sobre o estado do processo e sobre a previsão para apresentação dos respetivos resultados. ----------

-------- O senhor Miguel Lopes esclareceu que se encontra contratualizada a elaboração de um relatório até ao final do ano, tendo sido indicado que o trabalho começaria pela análise de um ano e recuaria progressivamente para os exercícios anteriores. O senhor António Sanganha salientou, contudo, a importância de o trabalho estabelecer uma ligação com a situação financeira atual, considerando preocupante a evolução dos resultados financeiros, designadamente a passagem de um resultado positivo de cerca de 1,3 milhões de euros para um resultado negativo na ordem dos 800 a 830 mil euros, a que poderão acrescer valores relativos a imparidades e créditos de cobrança duvidosa. ----------

-------- O senhor António Sanganha manifestou igualmente preocupação relativamente à existência de rubricas designadas por “outros”, no montante aproximado de 600.000 euros, considerando que representam uma parcela significativa do orçamento e defendendo um maior esclarecimento e acompanhamento destes valores. Questionou ainda o Presidente da Junta sobre a situação do contrato de arrendamento da Herdade das Freiras, nomeadamente se o mesmo se encontrava concluído e qual o valor contratual. ----------

-------- Foi esclarecido que o arrendamento se encontra formalizado, tendo sido referido durante a discussão um valor de aproximadamente 251.000 euros, embora tenham surgido referências divergentes ao montante de 256.000 euros. O senhor António Sanganha questionou ainda se o Presidente da Junta estaria a solicitar o apoio da Mesa da Assembleia relativamente ao processo de arrendamento das Freiras. O senhor João Silva esclareceu que não estava a

solicitar esse apoio, afirmando que iria acompanhar pessoalmente, e de forma técnica, a execução do contrato e as intervenções que os novos arrendatários viessem a realizar na propriedade, de modo a verificar o cumprimento das condições contratualmente estabelecidas. Admitiu ainda a possibilidade de elaborar um relatório de acompanhamento, caso tal se revelasse necessário. ----------

-------- A senhora Joana Martins interveio posteriormente para esclarecer que, quando anteriormente tinha questionado o facto de a proposta de arrendamento das Freiras não ter sido submetida à Assembleia, a sua referência se prendia com o entendimento de que tal proposta deveria ter sido apreciada por este órgão, nos termos do Regimento Interno e da Lei n.º 75/2013. Considerou que, nesse momento, o Presidente da Junta tinha solicitado a compreensão da Assembleia pelo facto de o procedimento não ter sido seguido dessa forma. O senhor João Silva reconheceu a questão, afirmando que a situação deveria ser analisada e corrigida em futuros procedimentos. ----------

-------- A senhora Joana Martins esclareceu ainda que tinha conhecimento de que os 78.000 euros anteriormente mencionados correspondiam à base de licitação e que tinha conhecimento de que o imóvel acabou por ser arrendado por aproximadamente 251.000 euros, acrescentando que a primeira proposta apresentada tinha, entretanto, desistido. ----------

-------- De seguida, foi dada a palavra à senhora Ana Paula Rocha, que, enquanto trabalhadora da Junta e residente em Galveias, questionou o Presidente da Junta acerca de referências anteriores à existência de conflitos na cantina. Referiu que trabalhou naquele serviço durante dois anos, incluindo o período em que o atual Presidente iniciou funções, e afirmou não ter presenciado quaisquer conflitos, solicitando esclarecimentos sobre a situação. ----------

-------- O senhor João Silva respondeu que, na sua perspetiva, “o ambiente não era bom”, acrescentando posteriormente que considerava que o ambiente era “francamente mau”. Perante o pedido de esclarecimento da senhora Ana Paula Rocha, o Presidente da Junta solicitou que a questão fosse apresentada por escrito, comprometendo-se a responder posteriormente e admitindo a realização de uma reunião para análise do assunto. ----------

-------- No âmbito do período de intervenção do público, foi dada a palavra ao senhor Filipe Grilo, que começou por manifestar a sua preocupação relativamente à situação financeira da Junta de Freguesia e à realização, na semana seguinte, do leilão de animais da Herdade das Freiras. Referiu que o preço de mercado dos animais tinha sofrido uma redução significativa no último mês e meio, considerando que, caso se mantivessem os valores então praticados, a Junta poderia sofrer uma perda na ordem dos 200.000 euros. ----------

-------- Perante esta situação, questionou o Executivo sobre a possibilidade de, caso o preço obtido no leilão não fosse considerado adequado, proceder à transferência dos animais das Freiras para terrenos da Freguesia de Galveias e procurar outras formas de exploração e obtenção de receitas, de modo a antecipar rendimentos que pudessem contribuir para fazer face aos encargos com os vencimentos dos trabalhadores. ----------

-------- O senhor João Silva confirmou a preocupação apresentada, afirmando que, caso o valor de mercado não fosse favorável à Junta, não deveria ser concretizado o negócio. Questionado sobre a existência de prazos legais para a movimentação dos animais, esclareceu que tinham sido realizados os testes e procedimentos necessários para preparar a operação, estando prevista a realização do leilão na semana seguinte, embora ainda não tivesse conhecimento de todos os pormenores relativos às datas e condições concretas. ----------

-------- O senhor Filipe Grilo reiterou que a evolução dos preços de mercado poderia representar uma perda significativa para a Freguesia e defendeu que deveriam ser ponderadas alternativas para obtenção de receitas e para fazer face aos encargos com os trabalhadores. O senhor João Silva reconheceu a pertinência da preocupação apresentada e confirmou que essas alternativas poderiam ser consideradas.

-------- Concluída a intervenção do público, o Presidente da Assembleia, senhor Pedro Carvalho, submeteu à votação a **minuta da ata**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade, com oito votos favoráveis**.

-------- Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou **encerrada a sessão**, agradecendo a presença de todos.
